

“CONQUISTEI MEU ESPAÇO DIA A DIA” – ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS VENDEDORES AMBULANTES

Priscila Farfan Barroso*

Cite este artigo: BARROSO, P. F. “Conquistei meu espaço dia a dia” – estudo etnográfico sobre a ocupação do espaço público pelos vendedores ambulantes. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 109 - 119, agosto. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de agosto. 2011.

Resumo: Este artigo analisa como os vendedores ambulantes ocupam o espaço público da Rua Voluntários da Pátria – Porto Alegre/RS. A ocupação que se dá através de práticas sociais desse trabalho informal, bem como sua articulação com outros atores sociais, refletem uma negociação da realidade que “organiza” esse espaço através de diferentes visões de mundo, estetizando o comércio popular. Por isso, conclui-se que a lógica de ocupação desse local também passa pela construção do olhar dos ambulantes através de suas práticas cotidianas, uma perspectiva relevante para o estudo da cidade no âmbito da Antropologia Urbana.

Palavras-chave: antropologia urbana, espaço público e trabalho informal

1. Por onde andamos

“Ah o Prefeito tem uma idéia louca de construir um camelódromo em cima da parada de ônibus, em cima ali. Um lugar que vai passar ônibus embaixo, quem é que vai comprar alguma coisa em cima? Ninguém entra em prédio para compra nada, lugar de camelô é na rua, as pessoas passam pela rua, os vendedores sempre venderam na rua.”[1]

Através de uma bolsa de iniciação científica[2] no âmbito do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais[3], pude estudar a ocupação do espaço público pelos vendedores ambulantes da Rua Voluntários da Pátria, no Centro de Porto Alegre/RS. Entre os anos de 2006 e 2009, realizei uma pesquisa etnográfica que consistiu, basicamente, de procedimentos metodológicos como a “etnografia de rua” (ECKERT; ROCHA, 2003) – caminhadas por regiões da cidade a fim de observar o espaço público –, observação participante, entrevistas semi-diretivas e captação das sonoridades dessa prática social. Partindo da Antropologia Urbana e Social – ou seja, direcionando o olhar para a cidade através de sua dimensão microsocial e de seus aspectos culturais justamente para pensá-los em diferentes tempos e espaços – como área na qual se insere esse trabalho, busquei conhecer a ambiência desse lugar expressada pelos simbolismos das práticas e saberes dos sujeitos e grupos sociais que interagem com a aprendiz de antropóloga num contexto de pesquisa na cidade.

A etnografia possibilita visitas periódicas da pesquisadora a campo na intenção de observar e re-construir pela escrita o cenário urbano que compartilha com o agrupamento dos indivíduos. Suas práticas cotidianas e seus gestos expressam conjuntos de símbolos que acomodam formas sociais (SIMMEL, 2006). Formas, estas, que apresentam, numa relação temporal, maneiras dos indivíduos ocuparem o espaço público na cidade. Interessa a disposição dos vendedores ambulantes numa tônica de acontecimentos relacionados ao cotidiano de trabalho na rua, de modo que não há maneira de circunscrever dadas situações como “cenas” isoladas, e num único local, mas sim, todas essas “cenas” fazendo parte do desenrolar de interações sociais captadas num dado espaço e num dado tempo que correspondem à vitalidade desta prática ambulante.

2. Quem encontramos de que forma lá

A maioria desses vendedores são homens entre 16 a 35 anos, vindos de cidades do interior do Rio Grande do Sul, com o primeiro grau incompleto, e que hoje vendem produtos como CDs, DVDs, tênis, roupas, óculos e celulares para os transeuntes nas calçadas da Rua Voluntários da Pátria- Centro de Porto Alegre –, local indicado no mapa abaixo:



Geralmente, eles são convidados para trabalhar nesta profissão por parentes ou amigos que dizem ganhar dinheiro “fácil” e, então, aos poucos, esses indivíduos se agrupam pelas relações de trabalho, parentesco e/ou vizinhança formando nichos nas calçadas do espaço público para oferecem seus produtos. A partir das entrevistas realizadas com os interlocutores percebemos, em suas trajetórias sociais, experiências anteriores de cidade, por meio das quais forneceram a eles certa familiaridade com a dinâmica do comércio e com a economia monetária. Na cidade, a rede de parentesco e amizade aliada a baixa escolaridade e ao não cumprimento das exigências para o trabalho fabril são fatores importantes pela opção do trabalho na rua. Além disso, este trabalho

pode se mostrar como opção de ascensão social e a possibilidade de “trabalhar por conta própria” (DURHAM, 1973, p.157).

Esses vendedores de rua de que falamos não tem um estilo de vida, ethos e visão de mundo únicos. Diferente do que representam os jornais da capital, pretendo apresentar algumas nuances do comércio ambulante e como essas pessoas compartilham uma “sinergia social” (MAFFESOLI, 1999) do trabalho na rua. Rosana Pinheiro Machado, que estudou camelôs do centro dessa mesma cidade e suas relações de comércio com Paraguai e China, enfatiza a condição do camelô enquanto cidadão que está cadastrado na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), tem uma “banca” e usufrui de seu status de manter-se onde estão quando a SMIC, junto com a Brigada Militar (BM), fiscaliza o centro da cidade. Esse acontecimento é bem diferente da correria dos vendedores ambulantes, não cadastrados pela SMIC e, por isso, irregulares, que assumem a sua condição de ilegalidade por ocupar um “canto” da calçada, assim como reconhece o vendedor de rua Mário[4]: “o local é indevido, e a mercadoria é irregular, no caso aqui é pirataria, como tem o óculos que é pirateado, as roupas de marca, CDs e DVDs, essas coisas.” Quanto às fiscalizações ditas acima, elas podem ter uma frequência maior ou menor dependendo da posição política do gestor da cidade, de modo que durante o trabalho de campo havia uma proposta de criação do Centro Popular de Compras que formalizaria as relações de trabalho dos camelôs e rechaçaria ainda mais os vendedores ambulantes, sendo este momento de grande tensão para quem ousasse contra essa proposta.

Izilda tem cerca de 55 anos e começou a trabalhar no comércio informal vendendo frutas numa esquina de Pelotas/RS, cidade do sul do estado. Está nesse ramo há pelo menos trinta anos e, atualmente, repassa, para outros vendedores ambulantes, mercadorias compradas em São Paulo e no Paraguai. Um dos seus compradores é Roberto, natural de Gravataí, que já trabalhou como pintor, garçom, em fábrica de calçados, entre outros. Ele não fica só na região da Rua Voluntários da Pátria, mas também viaja para o interior e o litoral a fim de oferecer seus produtos. Próximo do “ponto” de Roberto está Leonardo, que tinha uma banda musical em Soledade, sua cidade natal. Ele veio para Porto Alegre concluir o Ensino Médio, mas trocou o estudo pelo trabalho há seis anos quando um cunhado o convidou para vender CDs e DVDs na rua para ele. Desde então, Leonardo, de segunda a sexta-feira, fica em frente ao plástico onde gruda as capinhas de CDs e DVDs exibidas para vender.

Esses informantes principais participam de um mesmo investimento emocional no que se remete à gesta ambulatória (DE CERTEAU, 1994) no ato de vender na rua sendo, esta, referência explícita nos encontros sucessivos dos indivíduos durante os percursos na cidade. Por isso condensam nos tempos de hoje resquícios gestuais e performáticos dessa prática social da época em que os escravos e negros alforriados trabalhavam para manter a si e aos seus familiares, oferecendo flores, cadeiras, cestos ou frutas (AZEVEDO; LISSOVSKY, 1988). Pois, desde aquela época, os vendedores ficavam de pé, em frente ou ao lado dos seus produtos – ou de algum mostruário que

pode apresentar o que vendem – em alguns “pontos”, olhando para quem passa, oferecendo o que vendem. De modo que há formas de vender na rua que perpassam a continuidade na memória dos habitantes da cidade, agregando diversos significados para as práticas sociais ao longo dos tempos.

Assim, vamos compreender então o conjunto de simbolismos que acompanham a prática da venda na rua, que participam dessa condição de irregularidade no espaço público, como constituintes de indivíduos que participam da mesma “tribo”, conceito que propõe Michel Maffesoli (1998) ao analisar a tensão entre a massificação crescente e o desenvolvimento desses microgrupos. Aqui, entendemos os microgrupos como indivíduos que estão uns em relação aos outros e que, juntos, criam uma forma social, como no caso do comércio informal. Sendo assim, todos esses podem ser reconhecidos como vendedores de rua, pois passam por experiências comuns, carregando no seu modo de se expressar na cidade a permanência e a instabilidade para jogar com o emocional. E é nesse íterim que compreendemos essa prática social não como imoral, mas como sendo fundada a partir de uma amoralidade em relação aos preceitos da cidade progressista desejada pelo Estado, uma vez que as regras do grupo estão em constante transformação ao negociar com seus limites e, apesar das pressões sociais da SMIC e BM, não se extinguem. Aqui, pensando a “tática como arte do fraco”, conforme sugere De Certeau (1994), o trabalho informal vai assumindo sua condição de ilegalidade ao mover-se dentro da gama de possibilidades conseqüentes das pressões tensionadas para apoderar-se, simbolicamente, do espaço público.

A disposição dos rastros dos vendedores de rua se espacializam no espaço público num enraizamento dinâmico (MAFFESOLI, 1998), que converge valores em comum num movimento de encontro e desencontro, desconstruindo a racionalidade positivista do espaço público, e indo contra a política de *gentrification* (LEITE, 2004), o que revela uma conjunção social singular desta tribo. Ou seja, por meio das redes de solidariedades desenvolvidas no cotidiano dos ambulantes, destacamos uma das situações de ensino-aprendizagem do *métier*, quando um ensina o outro a vender o produto por um preço maior. Neste caso, seria necessário falar da qualidade do produto, ou como eles dizem “dar um caó” [5], e muitos desses vendedores até tem cartão para contato ou selo de garantia com o nome, telefone e a descrição do local onde ficam.

Por meio dessa perspectiva, entendo os vendedores ambulantes a partir do conceito de organização tribal de Michel Maffesoli, pois se pode reconhecer que, nesta sociedade pós-moderna, encontra-se uma nova maneira de estar junto, uma vez que os indivíduos partilham imagens do cotidiano através de uma atração da ação orgânica entre eles. Como nos lembra o autor:

O que quer dizer, senão que, num processo de massificação constante, operam-se condensações, organizam-se tribos mais ou menos efêmeras que comungam valores minúsculos, e que, em um balé sem fim, entrechocam-se, atraem-se, repelem-se numa constelação de contornos difusos e perfeitamente fluidos. É essa a característica das sociedades pós-modernas. (MAFFESOLI, p.32-33, 1999)

A calçada da maioria dos informantes dessa pesquisa já passou por diversas transformações estéticas e éticas (MAFFESOLI,1999), conforme os conflitos com os representantes dos órgãos do governo[6] que, mesmo trabalhando para a retirada dos vendedores de rua, ainda assim alguns deles continuam por lá. Durante a pesquisa de campo, reencontramos os informantes trabalhando nos “cantos” próximos da onde os conhecemos, essas recorrências nos levam a entender como os vendedores ambulantes ocupam o espaço público e a estudar o fenômeno social do trabalho da rua. Em meio às transformações urbanas ocorridas, eles permanecem lá, e as suas maneiras de lidar com o tempo refletem essa condição de trabalho ambulante.

Num dia emblemático de campo na Rua Voluntários da Pátria, um dos primeiros a serem vistos é Roberto, que fica próximo de uma esquina e, depois da venda, conversa com seu colega de trabalho apoiado num poste. Mais à frente está Leonardo com seu mostruário de capas de CDs e DVDs, oferecendo seus produtos para quem passa. Já Toni fica em frente a uma galeria e dali supervisiona e ajuda os vendedores para quem as mercadorias são distribuídas, as quais ele guarda durante a noite. Diferente desses, Izilda desce do ônibus e passa por ali para ver seu filho Felipe, que trabalha para Toni, depois é ela quem vai aos “pontos” dos seus clientes vender, por atacado, seus produtos escolhidos a dedo em outras cidades. Essas cenas constituem uma representação de um dia com os vendedores ambulantes, e expressa uma forma de cotidiano deles.

3. Por onde ficamos, questão do contra-uso[7] do espaço público

Nesses “cantos”, chamados por eles de “pontos”, é que se funda um território determinado em que se pode localizar um conjunto de contra-usos do espaço público (LEITE, 2004) pelos vendedores de rua, que ocupam as calçadas conformando uma “aura estética” (MAFFESOLI, 1998) de comércio popular na Rua Voluntários da Pátria.

No espaço público, a calçada é por onde dois amigos caminham e conversam sobre a compra do presente da aniversariante e, na contramão deles, a mãe apresenta a cidade para o filho que olha a rua de maneira curiosa “Rafael, essa é Porto Alegre. Porto Alegre, esse é o Rafael!”. Ao lado, passa um pedestre vestido de preto numa cadeira de rodas motorizada com uma buzina singular e, entre esse fluxo e a rua, está o vendedor ambulante que deixa seu mostruário no chão e troca o dinheiro do cliente com o lojista da galeria em frente. Quando chove, Leonardo, que tem seu “ponto” coberto, se aperta para colocar ali os produtos de Juliana e Milena – que são irmãs – mas, durante um dia de sol, Cleber se aproxima do “ponto” e Leonardo avisa que ali não dá para ele ficar.

Para começar a trabalhar como vendedor ambulante tem que “chegar na humildade”, descobrir se tem um “ponto” vazio – caso for trabalhar por conta própria –, ou se aproximar de alguém para trabalhar com essa pessoa. Como dizem Felipe e Roberto: “o sol nasceu para todos na Voluntários”. No caso da mãe de Felipe, Izilda, ela já tinha prática com a venda de rua quando veio de Pelotas para Porto Alegre e, quando perguntada sobre como conseguiu seu ponto, relata [8]:

Bom, quando eu cheguei aqui, na verdade, tinha meia dúzia de pessoas trabalhando. Como eu soltava mercadoria, como eu fazia as coisas, todo mundo me adorava, aí cada um, aí todo mundo me arrumava um cantinho para mim. Aí eu fui tomando conta dos lugares, as pessoas foram chegando, eu dei apoio, ajudei muitos, trouxe muitas pessoas para cá para me ajudar, tipo eu conhecia na viagem e trazia para cá, muitas pessoas que eu dei apoio. Quando eu cheguei aqui, era pouca gente, tava meu ex marido, na Doutor Flores, e acho que umas dez, quinze pessoas, depois que foi aumentando. Aí eu comecei com a Vigário, eu trabalhava em tudo que era canto aqui. E por eu ser uma pessoa que sei me comunicar com as pessoas, por eu ser humilde sabe, por eu ser legal com as pessoas... Eu comecei do nada, eu comecei vendendo uma carteirinha de cigarro, comecei com dinheiro emprestado aqui em Porto Alegre. Aí eu comecei a crescer, as pessoas começaram a me dar apoio, dar carinho, as pessoas antigas que eu conheci, mas aí depois foi vindo essas pessoas nova... Mas aí essas pessoa que chegam, agora, de hoje, que nem meu filho, muitos outros que tem agora, a maioria já saiu por causa de medo. Só que essas pessoas são respeitadas, eu sou respeitada por eles, por que eu sou antiga, e eu conquistei meu espaço. E a maioria das pessoas, que eu conquistei meu espaço, que estavam na minha época, que chegaram junto comigo, que era pouco, uns não tão mais, e outros estão espalhado por aí, outros tem ponto, e eu continuei aqui, na rua.

Assim, podemos interpretar que a “conquista” do espaço está diretamente ligada à conquista dos indivíduos, pois através do repasse de mercadoria, apoio emocional e ajudas no dia-a-dia, as trocas sociais vão se intensificando numa série de redes de solidariedades que alocam e acomodam o “novo vendedor” na rua. Como vemos na fala do caixinha [9] – tipo de ambulante que trabalha com os produtos ilegais na mão ou numa caixinha, que pode se locomover facilmente se houver aproximação da fiscalização –, os colegas de trabalho que estão na vizinhança do seu “ponto” é que garantem sua permanência ali:

É tipo aqui é meu ponto ta ligado? Posso chegar aqui, se tiver alguém eu peço licença, oh meu, oh viu, dá licença que eu trabalho aqui. Se o cara não quiser sair por bem, não vai sair por mal por que eu sou da paz, mas a gente vai fazer ele sair de alguma forma. Mas isso tem a ver com respeito, quem é daqui sabe que eu trabalho aqui, quem é daqui sabe que o Zé bota os tênis aqui, sabe que o Marcelo fica aqui, sabe que o gordo Alex fica com os bagulhos dele ali, sabe que a Cris fica com os DVDs dela ali, que o Ovelha fica ali, tu já sabe... Quem chegar novo, tem que chegar no respeito, na humildade, “Oh tem alguém aqui?”, “Não”, “Então posso botar?”, “Vai firme”, todo mundo é bem chegado, não tem essa se tu é feio, se tu é bonito, se tu é gordo, se tu é alto... Se tu veio para a pedra [referente ao trabalho no asfalto, enfrentando as intempéries climáticas e de outros tipos] é por que tu está necessitado né meu, e a gente abre as portas para todo mundo, mas tem que chegar no respeito e na humildade...

Essas narrativas apresentam a relação de “proxemia” (HALL, 2005) [10] em que os vendedores de rua representam o “ponto” e, uma vez tendo como referência o “seu lugar”, é a partir dali que os vendedores de rua articulam as dinâmicas de uso do espaço público por esse tipo de comércio. Quem não participa desta tribo (MAFFESOLI, 1998) tem dificuldades para compreender os limites de um “ponto” sendo, este, um lugar que possibilita a prática social ambulante – entre

eles, por outro lado, os acordos estão latentes e sabem como ocupar aquele “canto”. Conforme coloca Leonardo: “Só quem é, é que sabe!”.

Essa forma de ocupação da rua nos remete a muitas outras formas de ocupar e vender na rua. Retomo, aqui, imagens do Rio de Janeiro no século XIX, em que os negros [11] já esperavam por seus fregueses nos “cantos” e, enquanto isso, eles trançavam a palha para fazer cestos, chapéus ou abanadores, e depois venderem. Numa relação direta com os vendedores ambulantes, no espaço da rua os produtos são exibidos, a voz é ecoada pelo vendedor e se joga na multidão que passa apressada, logo depois pode passar um conhecido que se aproxima para uma conversa, depois o cliente quer comprar, um atende e o outro pega o produto; um entrega e o outro vendedor troca o dinheiro. Assim, esse espaço vai sendo preenchido, ocupado e, dia após dia, as práticas cotidianas dos vendedores ambulantes se reinventam nesse lugar.

Numa das saídas a campo, uma cliente se aproxima do grupo de garotos que conversam e procura por um dos ambulantes para trocar o produto. Enquanto ela espera, o outro vendedor vai pegar o DVD que está guardado numa loja. Numa lógica da rede de solidariedade, alguns comerciantes formais colaboram com as práticas sociais dos vendedores ambulantes a partir de trocas de favores e pequenos serviços, o que possibilita que estes deixem alguns produtos nas lojas daqueles. Algumas colegas de trabalho estão receosas da presença da pesquisadora que conversa com a cliente na calçada, quando se escuta uma voz masculina dizendo “SMIC!”. No momento seguinte: a vendedora dobra em quatro o mostruário com as capas de CDs e DVDs, joga debaixo de uma porta e entra na galeria em frente da onde estava, os clientes dos ambulantes fingem ver as vitrines das lojas próximas, o que foi buscar o filme do lançamento está voltando e ao perceber a kombi branca, se passa por pedestre, e a pesquisadora encosta-se à parede para conversa com um vendedor que tem mais de dez anos de trabalho na rua. A kombi da SMIC passa bem devagar com os olhos atentos do motorista, um outro homem ao lado e mais três brigadianos [12] atrás; um vendedor ambulante mostra para a pesquisadora o rapaz de carona na kombi da SMIC e diz que ele não o aborda por que moram no mesmo morro, e se cumprimentam quando se vêem. Aos poucos, os ambulantes voltaram aos seus “pontos”, e ali continuaram a desenvolver as práticas sociais desse *métier*.

O que chama a atenção nesse agrupamento de ambulantes é a constante efemeridade que perpassa a condição de estar ali, ou seja, o vendedor está num certo “ponto” da calçada, mas corre da SMIC e da Brigada Militar pois, como diz Mário: “Quando dá o rapa, tem que pinotear!”. Eles mudam de local de acordo com o movimento dos clientes, trocam o dinheiro com lojistas, pedem para o cliente esperar enquanto pegam o produto guardado na Galeria. Entretanto, os vendedores informais têm seus “pontos”, lugares de certa estabilidade, o que pode ser compreendido na descrição de Leonardo quando diz que “entre esse e esse piso, é meu ponto!”, ou seja, ao analisar os relatos, percebemos que a definição do espaço de ação desse sujeito histórico se dá através de

elementos, como o piso, o poste, a pedra que fundam fronteiras simbólicas entre o “seu lugar” e o “dos outros”.

Podemos entender que esses “pontos” são depositários das pistas dos trajetos pelos quais as retóricas ambulatórias (DE CERTEAU, 1994) dos vendedores de rua se deslocam em certas direções na cidade de Porto Alegre ao longo dos séculos e, através dos usos – ou contra-usos –, moldam seus percursos. Retóricas que, no decorrer dos tempos e dos espaços da cidade, enraízam e reafirmam a condição justamente do ambulativo, do ambulante que não tem um lugar fixo, ao mesmo tempo que fixa-se, de forma efêmera, em cantos. Assim, a estratégia da escolha do local de venda leva em consideração seu entorno, as interações com os comerciantes, a proximidade de lugares para esconder seu material, de modo que ali se concentre uma “base de gestão de suas relações” (DE CERTEAU, 1994). Já a “tática”, para se estar ali, se refere ao agenciamento do tempo de modo a realizar suas práticas sociais a partir de movimentos imprevisíveis por meio de um “contra-uso” (LEITE, 2004) do espaço público.

Porém, os “deslocamentos” desses vendedores informais são movimentos internos e externos em referência a esses “pontos”, que fazem parte das táticas e astúcias da prática considerada ilegal, a fim de não só escapar do controle civilizatório dos representantes de órgãos públicos, como também de se valer de suas redes de solidariedades ao caminhar por outros “cantos” da Rua Voluntários da Pátria. É assim que, através de um conhecido de uma loja próxima, ele pode se esconder, enquanto a BM e a SMIC fazem a fiscalização, ou deixar a mercadoria com outros vendedores. Muitos deles trabalham em conjunto, por isso também a idéia de tribo urbana – um fornece mercadoria, o outro vende e um terceiro indivíduo observa a aproximação dos representantes do Estado (mas isso não quer dizer que suas funções não se misturem).

Nesses “deslocamentos” pode-se reforçar as redes sociais vinculadas a forma do social (SIMMEL, 2006) específica desse tipo de comércio informal, assim como a idéia de “ponto” que, através da fala do informante, funda “um ato culturalmente criador”, como diz De Certeau (1994). Por isso, ao constatar essas configurações efêmeras e fugidias envolvidas nessa prática, o trabalho de campo visa captar as regularidades dos “arranjos sociais” (ROCHA, 1994) que explicitem códigos sociais e ético-morais partilhados pelos *habitués* do Centro da cidade.

4. Considerações finais

Esse local vai sendo conquistado no cotidiano através, também, de uma lógica informal que está inserida numa “aura estética” de ser vendedor ambulante, em que o “ato de propagandear” ecoa sonoridades na rua e explicita onde estão os vendedores de produtos piratas. Enquanto o transeunte passa, o vendedor se direciona a ele e oferece “CD, DVDzinho amigo?” em meio ao burburinho do espaço público. As indagações do cliente explicitam desconfiança, um deles não leva o produto

porque o filme não tem “capinha” e outro compra logo dois CDs para se beneficiar da promoção. Caso o produto não funcione, os clientes podem procurar os vendedores no mesmo local que, se os ambulantes não mudaram de profissão, estarão por perto e é só perguntar para seus colegas de trabalho, “todo mundo conhece” [13].

Neste caso, o palco do desenrolar das práticas sociais desses trabalhadores urbanos é a rua, de maneira ampla e, como descreve Da Matta (1985), é lá um lugar de “luta”, confusão e insegurança. Apesar da pretensão dos representantes de órgãos públicos, como a SMIC e a BM, de aplicarem a lei no desejo de ordenar e controlar o que acontece na Rua Voluntários da Pátria, num processo civilizador (ELIAS, 1994), os vendedores ambulantes se apropriam das calçadas numa espécie de “contra-uso” (LEITE, 2004) do que se pretendia como uso do espaço público.

Conforme discorre Antonio A. Arantes em “Paisagens Paulistanas”, no espaço público são construídas fronteiras simbólicas que ordenam as relações entre os diferentes agrupamentos sociais e, assim, os vendedores ambulantes atravessam diferentes “territorialidades flexíveis” (ARANTES, 2000) para arquitetar suas redes sociais. Com isso, esses trabalhadores conquistam seu espaço e se esforçam para construir seu “ponto” através das redes de solidariedades e suas práticas cotidianas (DE CERTEAU, 1994).

Para finalizar as questões descritas neste artigo, podemos entender esse espaço público do Centro da capital gaúcha, como nos ajuda Rogério Proença Leite, como “locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente” (2004, p. 2) pois, em meio ao conflito com os interesses dos representantes do Estado, há um reforço cotidiano dos laços sociais entre os vendedores ambulantes e deles com outros atores sociais, que explicitam uma forma de estar ali. Essa forma preenche os “pontos” dos espaços públicos, e possibilita as expressões dos vendedores ambulantes em Porto Alegre. 🌐

NOTAS

* Estudante do oitavo semestre de Ciências Sociais na PUCRS e bolsista de iniciação científica no BIEV/PPGAS / UFRGS.

[1] Esta fala do vendedor de rua faz parte da cine-reportagem intitulada “Anos de Pedra”. Trata-se de um registro visual da Praça XV, no centro de Porto Alegre, onde se localizavam mais de 400 camelôs registrados pela Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, além dos vendedores em situação ilegal. O objetivo da cine-reportagem é apresentar o cotidiano desses indivíduos no espaço público através das suas histórias de vida.

[2] Projeto “Coleções etnográficas e patrimônio de Porto Alegre” cedido pela Fapergs, desde 1999, para a Prof. Ana Luiza Carvalho da Rocha, coordenadora do BIEV/PPGAS – UFRGS.

[3] Projeto integrado ao Cnpq no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFRGS, desde 1997, e que produz dados de pesquisa para o projeto do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, coordenado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, sediado no ILEA/UFRGS, com o site www.biev.ufrgs.br.

Um projeto que trata da investigação da cidade, do fenômeno urbano, através do tema da memória coletiva, meio ambiente, cotidiano, formas de sociabilidade, itinerários, narrativas biográficas e estética urbana em sociedades complexas, a partir das novas tecnologias (digital e eletrônica).

[4] Entrevista concedida para a pesquisadora em outubro de 2007. Devemos destacar que os nomes citados neste artigo são fictícios, a fim de que os informantes não possam ser prejudicados por participarem desta pesquisa.

[5] Gíria que se pode entender como: convencer o cliente por quaisquer argumentos.

[6] Entendemos como órgãos atuantes nessa região a SMIC (Secretaria Municipal da Produção, Comércio e Indústria) e a BM (Brigada Militar). Nessa pesquisa se etnografou três momentos dessa transformação urbana relacionado ao grupo estudado: 2007, em que um grande número de vendedores ambulantes preenchia as calçadas e ruas próximas aos terminais do ônibus do centro da cidade; em 2008, em que já tinha sido anunciada a construção de um Centro Popular de Compras (CPC) para vendedores registrados na SMIC, dentre eles a maioria eram camelôs, e então conseqüentemente aumentou a fiscalização de vendedores irregulares; e 2009 que, com a inauguração do CPC, se proíbe qualquer atuação de vendedor de rua, mas mesmo assim alguns conseguem driblar a fiscalização.

[7] Conforme Rogério Proença Leite (2004), o contra-uso é uma resposta ao processo de *gentrification* (enobrecimento) que propõem certos usos para o espaço público. Assim, as práticas sociais dos vendedores irregulares não poderiam se desenrolar nas calçadas do centro de Porto Alegre, uma vez que os representantes dos órgãos públicos desejam extinguir essas formas de sociabilidades. No entanto, o vendedor de rua compõe o comércio popular de uma cidade e tem suas táticas e astúcias para permanecer nos meandros do espaço público.

[8] Entrevista concedida a pesquisadora em outubro de 2008.

[9] “Caixinha” é mais um nome dado ao vendedor ambulante que se refere à caixa, onde alguns desses comerciantes informais colocam seus produtos. Essa entrevista foi retirada da cine-reportagem “Anos de Pedra”.

[10] Termo cunhado por Edward Hall para descrever como o indivíduo reconhece e articula o uso do espaço no meio social, uma vez que ele faz observações e teorias sobre o uso do espaço enquanto produto cultural específico.

[11] Esses negros eram carregadores e levavam o cesto no braço e uma rodilha a tiracolo. Os negros alforriados compravam sapatos para se diferenciar dos negros de ganho, mas os dois trabalhavam carregando e ajudando como vendedor ambulante. Os negros de ganho eram escravos que vendiam diversos produtos na rua, ou praticavam alguma outra atividade lucrativa para sustentar a si e aos seus senhores. (AZEVEDO; LISSOVSKY, 1988)

[12] Referente à Brigada Militar em Porto Alegre.

[13] Essa é uma expressão comum utilizada pelos vendedores ambulantes, já que nem sempre eles se referenciam pelo espaço por causa dessa efemeridade embutida na condição do trabalho ambulante. Então, as referências passam a ser os outros vendedores de rua que podem dizer onde ele está ou qualquer outra informação corriqueira sobre o indivíduo procurado, o que destaca, mais uma vez, a importância da rede de solidariedade para o indivíduo partilhar desse comércio informal.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistanas** – transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

AZEVEDO, Paulo César de; LISSOVSKY, Mauricio . **Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** Textos de Jacob Gorender, Manuela Carneiro da Cunha e Muniz Sodré. São Paulo, SP: Editora Ex Libris, 1988.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** – 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

- DA MATTA, Roberto. **A casa e rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador I**. Uma história do costume. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.
- DURHAM, E. R. Trabalho. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.
- HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, June 2002 .
- MAFFESOLI, Michel. **No tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. A barroquização do mundo. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1999
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A rua como estilo de vida: práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por camelôs. **Illuminuras 07 – Etnografia de rua**. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS, 2003
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2005
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Le Sanctuaire de désordre: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques**. Paris V, Sorbonne, 1994.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da., VEDANA, Viviane. A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora. In: **Anais do VII Congresso de Antropologia do Mercosul (VII-RAM)**, Porto Alegre, 2007, CD-ROM.